

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.431 - SP (2020/0022176-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : MINERVINA RAMOS SCARABELO
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS PADULA - SP093586
CARLOS FERNANDO PADULA - SP261573
AGRAVADO : SAID JORGE INCORPORAÇÕES E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
LTDA
ADVOGADOS : LUÍS RENATO BARCELLOS GASPAR - SP115002
SAID ELIAS JORGE - SP118096

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MINERVINA RAMOS SCARABELO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MINERVINA RAMOS SCARABELO, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Ainda, percebeu-se, no tribunal de origem, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, deixando o prazo transcorrer *in albis* (fl. 112).

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º

Superior Tribunal de Justiça

do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente